



**A SRA. APRESENTADORA** - Senhoras e senhores, boa tarde. Por gentileza, queiram ocupar os seus lugares. Solicitamos a gentileza de manterem os celulares desligados ou no modo silencioso.

Senhoras e senhores, tem início neste momento a cerimônia de abertura do seminário *Intervenção Federal: dilemas entre a legislação e o enfrentamento à criminalidade*.

O Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro — OLERJ tem a finalidade de acompanhar o planejamento, a execução de metas e o resultado das ações da intervenção; fomentar a produção de pesquisas, estudos e avaliações; monitorar dados e informações referentes à segurança pública no Estado; estimular a elaboração de propostas que solucionem os problemas diagnosticados; e, ainda, subsidiar o trabalho da Comissão Externa da Intervenção.

Em conjunto com o Gabinete de Intervenção Federal e o Observatório Militar da Praia Vermelha, o OLERJ realiza este seminário, que tem hoje sua abertura oficial, seguida da apresentação do Interventor Federal, General Walter Souza Braga Netto. Amanhã, a partir das 9 horas, serão realizados três painéis temáticos: *A gestão na intervenção federal, Esforço integrado em segurança pública e Uma lei específica para a intervenção federal?*.

Convidamos a compor o dispositivo desta cerimônia: a 2ª Secretária, Deputada Mariana Carvalho (*palmas*); o Presidente da Comissão Externa destinada a acompanhar o planejamento, a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Hugo Leal (*palmas*); o Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, General Walter Souza Braga Netto. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, neste momento será executado o Hino Nacional brasileiro.

*(Pausa prolongada.)*

**A SRA. APRESENTADORA** - Nós anunciamos nossas escusas. Tivemos algum problema no áudio. Infelizmente, não podemos executar o Hino Nacional brasileiro. Daremos continuidade às atividades.

Anunciamos e agradecemos as presenças do General Sérgio Pereira, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete de Intervenção Federal; da Sra. Andréa Sampaio Perna, Coordenadora-Geral do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; do Sr. Lúcio Xavier, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; dos Generais de Divisão, Arruda, Paulo Roberto, Abrahão e Laélio;



dos Generais de Brigada Guilherme e Sérgio; do Brigadeiro Douglas; do Coronel De Franciscis, Coordenador-Geral do Observatório Militar da Praia Vermelha; e do Sr. José Roberto de Lima Neto, Diretor Executivo da PRF.

Para dar as boas-vindas, convidamos a 2ª Secretária, a Deputada Mariana Carvalho.

**A SRA. MARIANA CARVALHO** (PSDB - RO) - Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar com muita alegria o General Walter Souza Braga Netto, Interventor Federal. Cumprimento o nosso amigo Deputado Hugo Leal, responsável por acompanhar esta questão também através da Comissão Externa. Cumprimento a todos que estão aqui nesta tarde tão importante, em que a Câmara, através do OLERJ, tem esta oportunidade de ouvir pessoas tão qualificadas e capacitadas a acompanharem um momento tão delicado do nosso País como o que o Rio de Janeiro enfrenta.

Eu tenho certeza de que as contribuições a serem dadas tanto hoje quanto amanhã serão, não só para mim — sou do Estado de Rondônia, mas minha família é do Rio de Janeiro —, mas para todo o Brasil, de extrema importância, pelas preocupações que nós temos com a segurança pública em todo o País.

Obrigada a todos pelo carinho, pelo cuidado, pela forma como nos tratam e, principalmente, por este olhar tão delicado que têm. Agradeço muito ao General Braga Netto pela atenção não só com o Rio de Janeiro, mas com todo o nosso País. Eu tenho certeza de que as palestras serão incríveis e uma grande experiência para todos.

Trago um abraço do Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, que hoje está como Presidente em exercício da República. Venho aqui representá-lo e dar-lhes as boas-vindas como membro da Mesa Diretora.

Sejam todos bem-vindos! Muito obrigada a todos pela presença. *(Palmas.)*

**A SRA. APRESENTADORA** - Tem a palavra o Presidente da Comissão Externa, Deputado Hugo Leal.

**O SR. HUGO LEAL** (PSD - RJ) - Minha caríssima colega Deputada e 2ª Secretária desta Casa Mariana Carvalho, que tão bem representa o seu Estado e o gênero feminino na Mesa Diretora; minha querida colega Relatora da Comissão Externa Deputada Laura Carneiro, que, com sua competência e disposição, também representa a voz feminina nesta Casa há muitos anos; o senhor Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, General Braga Netto; colegas Deputados e Deputadas; senhores oficiais-generais, oficiais superiores das três Forças, especialmente do nosso Exército Brasileiro; servidores da Casa



e especialmente do Observatório, que também foi criado pela Presidência, é uma satisfação estar aqui, neste ato, representando a Comissão Externa que fez e ainda está fazendo o acompanhamento da intervenção federal no Rio de Janeiro, tendo a oportunidade de conviver com essa nova linha e também com a qualidade dos trabalhos do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, representado aqui pela Sra. Andréa Perna. Tem sido um momento muito importante e motivador.

General Braga Netto, imagino que, em fevereiro deste ano, quando foi decidido pelo Presidente da República que se faria a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, especificamente uma intervenção parcial na área de segurança pública, V.Exa., como oficial-general, não imaginava que isso pudesse um dia cair sobre seus ombros, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que sua indicação foi extremamente positiva para o momento que nós vivemos.

Meus colegas Deputados, minha querida Deputada Mariana Carvalho, eu, ainda em 2016 e, depois, em 2017 — e isto não é desconhecido, inclusive do próprio Gabinete de Intervenção e de colegas Parlamentares do Rio de Janeiro —, já vinha defendendo a intervenção no meu Estado, prevista constitucionalmente no art. 34 para os casos lá inculpidos. Defendia e entendia que o momento era aquele. Fiz uma representação à Procuradoria-Geral da República. Na época, o Procurador-Geral ainda era o Rodrigo Janot. E quis que, em fevereiro deste ano, nós tivéssemos decretada pelo Presidente da República uma intervenção federal. Aliás, foi a primeira intervenção federal num Governo de Estado, em um ente federativo, sob os aspectos do art. 34, na área de segurança pública, com nomeação de interventor, e já sob a égide da nossa Constituição Federal, nossa Carta Magna, nossa Lei Maior, que fez, no mês passado, 30 anos.

Essa gestação — chamo-a assim, General, porque hoje faz exatamente 9 meses que a intervenção federal produz efeitos no meu Estado, o Rio de Janeiro —, com seu ineditismo, movimentou várias instituições, não só o Ministério da Defesa e as suas corporações militares, mas também o próprio Ministério da Justiça e o próprio Ministério Público. Todos se movimentaram.

Eu lembro aqui que, quando nós propusemos a criação da Comissão Externa, havia toda uma questão de se tratar de um fato inédito. Não eram inéditas as ações de Garantia da Lei e da Ordem — GLO, que já existiram. O Estado do Rio de Janeiro já havia passado por um período de "intervenção", entre aspas, mas não nos moldes do art. 34. Foi o período



das Olimpíadas, em 2016, quando houve ações federais na área de segurança pública ali, até por uma questão internacional e por uma questão de lógica e logística. Mas não tivemos uma intervenção como esta.

O que nós temos após 9 meses? Eu testemunho aqui, como Parlamentar, como cidadão fluminense, conhecedor do nosso Estado, do interior e da Capital, o Rio de Janeiro, que todos os fatos com que nós nos deparamos foram inéditos nessa convivência de um Governador com um interventor. Eu imagino que, para o General Braga Netto e todo o Gabinete de Intervenção, também foi uma grande novidade. Afinal, quem é o quê? Quem é responsável pelo quê? O passado fica com o Governo do Estado? Eu lembro que as primeiras discussões foram exatamente sobre com quem ficaria o passado e com quem ficaria a perspectiva do presente, além da questão principal, que eram os índices de criminalidade.

Vejam — eu tenho certeza de que o General Braga Netto terá a oportunidade de se manifestar nesta linha — os avanços que ocorreram, os avanços que nós obtivemos com relação aos expressivos números da criminalidade. Não falo da sua extinção ou redução pura e simples, mas do mapeamento de informações, que tem sido cada vez mais importante, mais fundamental.

Tanto foi assim que — e eu não tenho dúvidas disto —, como consequência dessa movimentação na intervenção federal, foi criado o Ministério da Segurança Pública. Quis o Presidente eleito entender de retornar a segurança pública ao Ministério da Justiça. Não vou questionar aqui os pontos dessa decisão. Mas vejam que o foco, a linha, a preocupação da segurança pública permeou essa decretação e foi um dos pontos fundamentais para que ela ocorresse, ainda mais se tratando de um Presidente da República como o Presidente Michel Temer, que é um excepcional advogado, constitucionalista, professor e conhecedor dos limites e das repercussões da intervenção. E os resultados estão aparecendo. Segurança pública não é algo que se discute em questão de semanas ou meses, mas, sim, algo que se permeia com políticas públicas de longo prazo, com resultados que venham em médio prazo.

Eu quero ressaltar que, todas as vezes que a Comissão Externa instou o General Braga Netto e a sua equipe de transição a participar de audiências públicas, de debates, sempre obtivemos, da forma mais direta possível, todas as informações possíveis e fundamentais, aquelas que estariam ao nosso alcance como representantes da sociedade.



Tenho certeza de que hoje nós teremos aqui mais uma excelente oportunidade de ouvir esses números.

Nós não vamos aqui dizer que o problema da segurança pública no Rio de Janeiro está resolvido — não, está muito longe disso. Mas muitos passos já foram dados para o mapeamento e para as perspectivas que nós temos, porque a questão da segurança pública do Rio de Janeiro não se cinge ao Estado do Rio de Janeiro; é uma questão nacional. Não adianta tentar ter o melhor Estado, com os melhores índices de criminalidade, se não se resolver a questão das fronteiras interestaduais e nacionais. Eu já tive oportunidade de participar de vários debates e discussões nesse sentido, principalmente na Comissão de Segurança Pública, da qual eu faço parte com bastante orgulho, especialmente sobre os investimentos em áreas de fronteira.

Portanto, eu quero, mais uma vez, enaltecer o trabalho do Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro, os resultados que têm sido alcançados, a lógica que tem sido implementada na segurança pública no Rio de Janeiro, o legado que poderá ser deixado ao Estado, não só o legado físico, de investimentos, mas também de conhecimento. Tudo isso está gerando um excelente, excepcional aprendizado. Eu particularmente aposto que o Governador eleito Wilson Witzel, com a sua habilidade, também irá capitanear, construir, trazer, ao modo do trabalho que já foi realizado, esses números, essa experiência, essa *expertise*.

Destaco aqui especialmente também o trabalho do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública aqui desta Casa. Essa experiência, como foi para todos, foi uma inovação também para o Observatório, para as equipes, as assessorias e a consultoria que trabalhavam na área de segurança pública. Eu acho que nós aprendemos muito nos últimos 9 meses, não é Andréa? Muito! Eu acho que todos os debates aqui foram muito profícuos e proveitosos, até mesmo aqueles em que não houve convergência.

Nós esperamos agora que esses resultados possam ter desdobramentos do ponto de vista legislativo, que é o que eu acho mais importante, até para que haja uma definição. A questão da intervenção em uma área específica foi também uma inovação. A Constituição não especifica, não fala se é geral ou se é dentro dessa linha. Nós estamos ainda em processo de discussão.



O que eu mais pontuo de positivo em tudo isso, além dos números e das ações que estão sendo realizadas no Estado do Rio de Janeiro, é o ineditismo da oportunidade dessa intervenção, da utilização desse mecanismo constitucional para esse resgate. É óbvio que nós não queremos fazer dessa intervenção algo contínuo, a ser espalhado por todos os Estados, mas acontece que o Rio de Janeiro acabou se transformando num laboratório, e esse aprendizado ficará para as próximas gerações e poderá auxiliar nas próximas avaliações que o Estado propuser.

General, V.Exa. está, com o braço forte, a mão amiga, sempre à disposição. O Exército Brasileiro está sempre à disposição, nas mais variadas circunstâncias e dificuldades por que o País passa. Todavia, obviamente não queremos que isso se torne uma rotina. Não é essa a lógica.

Mas não tenha dúvidas de que os efeitos do aprendizado, tanto para as corporações militares, as forças militares, quanto para as forças políticas, o Estado, a Federação, estão sendo muito relevantes, muito importantes. Eu acho que esses Anais serão estudados daqui a 10, 20 ou 30 anos, com certeza com o conhecimento que foi acumulado, que foi direcionado e que tem sido capitaneado pela Observatório Legislativo desta Casa.

Portanto, Deputada Mariana, eu quero mais uma vez agradecer a V.Exa. e, por seu intermédio, o nosso Presidente Rodrigo Maia. Agradeço aos coordenadores do Observatório Legislativo, ao nosso querido General Braga Netto e a toda a equipe do Gabinete de Intervenção, que lutaram permanentemente para que uma questão que até então parecia apenas um fato, uma decisão política, se transformasse efetivamente numa ação condizente, numa ação balizada, cujos resultados estamos colhendo agora. Talvez não sejam os melhores resultados, aqueles que nós queríamos agora, mas, com certeza, terão repercussões em médio e longo prazos. Entendo que esse ensinamento precisa ser passado para as futuras gerações, mas com conteúdo, com consistência, com equilíbrio, para que nós possamos avançar nesse tema.

Parabéns à Câmara dos Deputados e ao Gabinete de Intervenção por proporem à sociedade um debate desta natureza.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. APRESENTADORA** - Anunciamos e agradecemos a presença dos Deputados Pastor Eurico, Otavio Leite, Vinicius Carvalho, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro e Evair Vieira de Melo.



Neste momento, convidamos as autoridades da Mesa a integrarem o plenário para acompanhar a apresentação do General Braga Netto.

A intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro foi instituída pelo Decreto nº 9.288, aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, e está em vigor até 31 de dezembro deste ano, com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública do Estado.

Senhoras e senhores, tem a palavra o Interventor Federal, General Walter Souza Braga Netto.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Exma. Sra. Deputada Mariana Carvalho, meu amigo Deputado Hugo Leal, Exmos. Srs. Deputados, oficiais-generais, autoridades presentes, eu queria agradecer a oportunidade. Eu considero isto aqui uma prestação de contas republicana. Eu espero conseguir atingir a expectativa dos senhores ao mostrar a complexidade e a intenção da intervenção ao final dos trabalhos.

Peço também desculpas por não conseguir falar sentado.

Espero não ser cansativo nem repetitivo, mas acredito que esta é uma oportunidade de homogeneizarmos o conhecimento sobre a intervenção federal, inclusive com uma apresentação sobre o porquê de haver tantos militares na intervenção.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu não poderia falar da intervenção sem mostrar para os senhores, primeiramente, os antecedentes dela. A intervenção não começou do nada; ela vem num conjunto. Ao apresentar os antecedentes, eu pediria a todos que fizessem um exercício de projeção, imaginando como estaria o Estado caso não tivesse havido essa gestão — essa intervenção era basicamente de gestão. O pessoal acha que intervenção é tropa na rua; há tropa na rua também, mas isso não é o mais importante da intervenção.

Então, lembro os senhores do seguinte: nós estávamos numa crise ética, numa crise política e numa crise financeira. Lembrem-se de que o Estado pode sofrer dois tipos de intervenção: a intervenção federal, na parte de segurança, e o Plano de Recuperação Fiscal, uma intervenção na parte financeira, na parte econômica.

Estes são recortes de jornais, de mídia, tratando de todos os problemas do Rio. Praticamente todo o Tribunal de Contas do Estado foi preso. O Governador está preso.



Estamos com uma série de desempregados. E nós tínhamos uma crise na segurança pública, se é que os senhores se lembram.

Esta é uma foto emblemática do 16º Batalhão. Botaram uma barraca na frente dele para impedir a saída dos policiais. Isso tudo foi resolvido.

Nós tínhamos uma frota de viaturas sucateada. Cada policial comprava o seu colete, porque não havia colete para todo mundo. Faltava munição. Os armamentos estavam com deficiência. Não havia uma estrutura logística.

Eu já tenho bastante vivência de operações no Rio de Janeiro. Vivi praticamente todas as grandes operações e os grandes eventos que passaram pela cidade do Rio de Janeiro. Esse deve ter sido um dos motivos por que o Comandante me designou para ser o interventor federal. Eu quero deixar claro que as Polícias Militar e Civil e os Bombeiros do Rio são excepcionais, mas eles estavam meio desamparados, precisando de um aporte e de um apoio para os trabalhos que exerciam. Eles estavam desacreditados pela população. O nosso foco no começo foi exatamente fazer com que eles fossem vistos como instituições de Estado. O nosso objetivo era que o policial respeitasse a população e que a população o visse como uma autoridade e o respeitasse também.

Além de os policiais contarem com um armamento sucateado, ainda havia a questão das mortes de policiais, como os senhores devem ter acompanhado — estou falando do ano passado, de 2017.

Aí nós entramos no ambiente operacional. Qual é o ambiente operacional do policial no Rio? O que ele encontra na comunidade? Estas fotos são atuais. Este é o Jacarezinho. Eu sempre digo, de forma bem clara, que eu nunca falei — a mídia uma vez publicou que nós queríamos um mandado coletivo — em mandado coletivo. Mas eu pergunto aos senhores: como é que eu acho, nesta desorganização arquitetônica, a Rua F, Casa 22-A? Às vezes, eu acho três Ruas F, acho a Casa 21, acho a Casa 23, acho a Casa 22-B, e não consigo chegar à Casa 22-A. Então, esse é um problema enfrentado cotidianamente.

Isto que vemos na fotografia é o que nós chamamos hoje em dia de APOP — Agentes Perturbadores da Ordem Pública. Há uma tendência de equilíbrio. As facções vão copiando o *modus operandi*. Então, elas começam a atuar mais ou menos fardadas, com infrações constituídas. Este grupo é o CV, o Comando Vermelho.

Aqui vemos uma granada improvisada e alguns marginais. Observem o *sniper*. Estão vendo o *sniper*? Vocês só veem que ele não é um *sniper* nosso porque ele está de sandália





havaiana. Estão vendo a sandália havaiana? No fuzil dele está escrito "Salgueiro". Esse é o ambiente operacional.

Estão vendo a criança subindo à direita? Eu não tinha reparado até hoje na criança! Este é um fuzil de calibre .30 fechando a ruela, o caminho. Aquilo é uma Barrett, fuzil .50. E isso é o encontrado! Esta é outra arma de calibre .50 que foi recuperada.

Quanto às contenções, existem diversos tipos. Este é um modelo de contenção. Esta contenção nós retiramos — vou mostrar depois para os senhores a quantidade que nós já retiramos até agora — só com equipamento de engenharia. Não existia uma mentalidade de manutenção de maneira geral. Não existia essa mentalidade. Pediram-me socorro, solicitaram que a nossa engenharia apoiasse o material de engenharia de uma polícia que tinha o equipamento, mas o material não funcionava. O meu engenheiro foi lá e falou: "*General, o problema era óleo. O equipamento moderno, hoje em dia, se não tiver óleo, desliga para evitar que se quebre*". Então, foram feitos cursos. Nós ensinamos que o primeiro responsável pela manutenção é o motorista, que não pode chegar, pegar a chave, enfiar na viatura, girar e sair rodando; ele tem que fazer uma checagem na viatura.

Esta foto é de uma operação nossa também no Jacaré. Encontramos uma ausência do poder público, e não apenas estadual, pois a segurança não é responsabilidade somente das polícias ou das forças de segurança. Particularmente as Prefeituras têm responsabilidade no ordenamento urbano, porque as cidades vão crescendo. Sem ordenamento, as comunidades crescem e geram problemas, e não só problemas de criminalidade, mas também problemas como os que os senhores viram em Niterói.

Aí entra a intervenção federal. O que é intervenção federal? O decreto do Presidente basicamente se resume àquela primeira frase: "*pôr termo a grave comprometimento da ordem pública*". Eu recebi uma ligação às 7h30min da noite: "*Foi decretada uma intervenção. O senhor é o interventor*". Eu parei e respondi: "*Ah, tá, vamos ver o que vou fazer*". Sentei com meus oficiais no dia seguinte — eu não tinha estrutura, não tinha nada — e disse: "*Vamos trabalhar isso aí*".

Estas informações em cor mais clara fazem parte do meu planejamento estratégico. O nosso primeiro planejamento estratégico tinha cinco objetivos. Hoje, eu vou entregar para a Comissão, para o Deputado e para a Deputada representante do Presidente Rodrigo Maia, a segunda versão do nosso Plano de Gestão Estratégico, após as observações do TCU. Eu vou abordar isso mais à frente.



Então, eu falei: *"Vamos recuperar a capacidade operativa, que se traduz em fortalecer os órgãos de segurança pública como instituições de Estado"*. Isso, para mim, é um dos maiores legados que nós vamos deixar. Hoje, eles são vistos como instituições de Estado. E o segundo? Baixar os índices de criminalidade repercute na percepção de segurança, que é algo subjetivo.

Assim foi o início da intervenção. A estrutura basicamente é esta. Eu, além de interventor, sou Comandante Militar de Área em uma região que abrange três Estados: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Também decido as ações do Comando Conjunto, que é o braço armado da intervenção. E tenho a mim subordinados o Gabinete, a Secretaria de Segurança Pública, que tem a Polícia Militar e a Polícia Civil, a Secretaria de Defesa Civil e os bombeiros e o sistema penitenciário, que era minha maior preocupação, por próprio desconhecimento meu sobre ele — hoje, no Rio, há 52 mil presos e 28 mil vagas, o que é um problema, porque em 10 meses não se consegue construir presídio. Nesta ligação, estou no mesmo nível do Governador.

Não vou passar por toda a linha do tempo da intervenção, mas eu queria chamar a atenção dos senhores para o fato de que, para chegar ao final da intervenção, tivemos dois decretos e quatro leis. E esta Casa tem a noção exata da complexidade que isso representa. Nomeado interventor no dia 16 de fevereiro, a intervenção existia de fato, mas só veio a existir de direito no início de agosto.

Este é o diagrama de relações. Eu tenho relacionamento na parte federal com todos que estão ali: Presidência da República, Congresso Nacional, Ministério Público Federal, Ministério da Defesa, Casa Civil, TCU, Secretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência e Ministério da Segurança Pública. Do outro lado, estão instituições de todo o Estado, como a ALERJ, por exemplo. Todo o Estado está ali. Tenho relacionamento ainda com todos os observatórios, com a imprensa, com a CJU, que nos fiscaliza, com a Ciset. Tudo isso é fiscalização. Então, é um diagrama complexo.

Temos ainda estas outras relações. O TCU tem um observatório. A AGU tem um observatório. A mídia, de maneira geral, tem um observatório. Mas, de todos os observatórios, o único que tem batido na intervenção, não aceitando os resultados, é o Observatório da Intervenção. O Observatório da Intervenção usa como dados básicos de planejamento dois aplicativos. Eu não sou contra o aplicativo; o aplicativo é muito bom, mas



ele é para uso pessoal, para a pessoa ver se algo é perigoso. O aplicativo não pode ser usado como dado estatístico, mas ele é.

Como foi organizado o Gabinete de Intervenção Federal? Há um interventor, uma Assessoria de Comunicação. O que interessa? Eu tenho basicamente duas Secretarias: uma Secretaria de Intervenção Federal, que cuida de todo o planejamento de gestão — gestão de logística, gestão de pessoal, integração das inteligências, fortalecimento da estrutura, corregedorias, legislações —, e uma Secretaria de Administração, que eu não ia criar. Ninguém cria uma unidade gestora por 10 meses. Mas, ao visitar o Presidente do TCU, ele colocou a mão no meu ombro e disse: "*General, se eu fosse o senhor, eu criava*". No dia seguinte, eu voltei ao Rio de Janeiro, pedi apoio, tenho um elemento do TCU, o Dr. Francisco, que trabalha comigo. Eu tenho aqui os meus 2 Secretários. O General Paulo Roberto é o Secretário da Intervenção — levante, por favor, Paulo Roberto —, e o General Laelio é o meu Secretário de Administração.

Eu não vou entrar na especificidade, mas eu queria chamar atenção. Os senhores se lembram da linha do tempo, da demora que foi feita? A Secretaria de Administração, eu não ia criar, era assim: era o Salão Nobre da 1ª Região Militar.

Em 10 dias, foi montada aquela estrutura, pega os 2 lados, ali pega só uma parte. Eu precisava mobiliar, só que eu não tinha os cargos. Eu podia convidar algum assessor para ir trabalhar comigo, dando um DAS 6 para ele. Primeiro, ele só iria trabalhar até 31 de dezembro, em princípio. Segundo, eu não tinha aprovadas ainda as mudanças da LOA e da LDO para provisionar de cargos a intervenção.

Então, a pessoa viria trabalhar comigo sem receber e não poderia receber retroativo, porque se o cargo existisse, alguém estava recebendo; se não existisse, não existia, não tinha dinheiro.

Como eu mobiliei isso aqui inicialmente? Com as Forças Armadas, o Exército Brasileiro. Veio gente do Comando Militar do Norte, do Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Oeste, Comando Militar do Sul, Comando Militar do Sudeste, lá do meu Comando, mas de fora do Rio de Janeiro, Comando Militar do Nordeste, Planalto, todo o mundo. Hoje, o gabinete tem 78 integrantes, sendo 7 civis, e alguns estão aqui.

Quanto ao plano estratégico, eu pediria agora que entreguem, por favor, o novo plano. Foi feita uma primeira versão, e aí houve uma coisa interessante. Saiu a primeira versão do plano estratégico, mandei para a gráfica. Para a minha surpresa, o *Estado de S. Paulo*



conseguiu a cópia do plano antes mesmo que eu tivesse essa cópia definitiva em papel. E o *Estadão* colocou lá, em *Opinião*: "*Bem feito e com propostas muito razoáveis, o documento reúne as melhores virtudes militares. Ao longo de 80 páginas, vislumbra-se um diagnóstico ponderado, com a sugestão de medidas realistas, acerca de um problema que, como se sabe, é especialmente complexo*".

Foi a primeira grata surpresa que nós tivemos.

Segundo, enviamos o plano para o TCU. Veio a resposta dele, elogiando o plano como adequado, planejamento estratégico com ênfase em metas que visam melhorias de processos impressos e de aprendizado. Este é o nosso foco. Este é o maior legado da intervenção. O maior legado da intervenção é intangível, são as organizações como instituições de Estado, melhoria dos processos e aprendizado deles. São 58 indicadores.

Com base nas observações do TCU, nós soltamos, hoje, esta segunda e última versão do planejamento estratégico da intervenção. Ele tem objetivos estratégicos, ações e metas e indicadores de desempenho.

Eu não vou ler isso aqui para os senhores. Este é o que está no segundo planejamento.

O primeiro planejamento parava no quinto objetivo. E o quinto objetivo parava aqui. Como eu desconhecia e tinha uma preocupação com o sistema prisional, priorizei o sistema prisional. Então, coloquei melhoria da qualidade e da gestão do sistema prisional.

Quando nós começamos a aprofundar e travar maior conhecimento sobre ele, eu vi que essa deficiência, essa necessidade não era só do sistema prisional. E hoje nós aumentamos as Secretarias de Estado e os órgãos de segurança pública intervencionados.

Por fim, acrescentei um objetivo que nós tínhamos esquecido, porque todos os meus gastos estão ligados aos objetivos estratégicos da intervenção. Por isso, eu falto que o grande mote da intervenção é planejamento e gestão. E acrescentamos ao sexto objetivo o planejamento de implantar estruturas necessárias ao próprio Gabinete de Intervenção, algo que nós tínhamos esquecido, não tínhamos colocado. Foi uma observação a que chegamos mais à frente.

Portanto, este é o Plano de Revisão, o Plano Estratégico, revisado já. Este plano gerou uma série de outros planos, todos já prontos. Tenho Plano de Preparação para Transição, que já entreguei na mão do novo Governador, do Governador eleito; Plano de



Comunicação Social; Plano Orçamentário; Plano de Legado, Plano de Gestão de Conhecimento; e Plano de Aquisições. Todos esses planos estão prontos, todos eles.

Aquisições — o pessoal sempre pergunta — com recursos federais. Isto é o que já foi realizado: 984 veículos, 200 carabinas, 1 milhão e 300 mil munições, coletes balísticos, pneus, material de informática, contratação de serviço de manutenção. E nós temos 321 processos em tramitação.

O nosso maior problema é que o Estado desaprendeu a fazer a sequência, particularmente quando envolve o Governo Federal. O Estado tem que seguir o rito do Governo Federal, mas ele desaprendeu. Ele gasta o dinheiro sem cumprir as normas. Por isso, temos tanto dinheiro que vai para o Estado e retorna. O Estado não consegue gastar de acordo com as normas. Isso tudo nós saneamos. Vou mostrar para os senhores.

Material a ser empenhado pela intervenção: 4 mil veículos. Eu não vou ler todos os itens, mas vejam: fuzis, 2.800; pistolas ponto 40, quase 30 mil; munição menos letal; equipamentos para Polícia Técnica; equipamentos de proteção individual; equipamentos de proteção individual para o Corpo de Bombeiros; fardamento.

Os senhores vejam que, ao resolvermos exatamente valorizar esses profissionais como instituição de Estado, precisaríamos proporcionar-lhes fardamento. O policial estava mal fardado, mas a postura da autoridade começa por sua apresentação. "*Vamos comprar fardamento*" — decisão nossa. Muito bem, raciocinando como militar, cadê o Manual de Regulamento de Uniforme? Não havia. Havia uma normazinha que definia o alfaiate. Por isso viam-se diferentes tipos de uniforme. Nós contratamos o SENAI CETIQT. Foi feita uma norma. Hoje eles têm uma norma. Estamos comprando material para eles. Estamos comprando para o sistema penitenciário. O preso, quando chega, vai receber o *kit* dele. Tudo isso está sendo adquirido.

Aplicado e empenhado até o momento: 321 milhões de reais. Temos licitações agendadas no valor de 422 milhões de reais e, em tramitação, mais 713 milhões de reais, o que dá um total de 1 bilhão e 400 milhões de reais. Daí se pergunta: por que 1 bilhão e 400 milhões de reais se só tem 1 bilhão de reais para gastar? Porque, na hora da licitação, pode dar problema — não é, Laelio? —, como o preço cair. Portanto, nós planejamos a mais para conseguir atingir a meta que eu determinei para o Gabinete, ou seja, procurarmos empenhar tudo, 100%, até 31 de dezembro.



Quais são os óbices? Primeiro, o ineditismo da intervenção. A intervenção é uma excepcionalidade que não é excepcional. Eu tive que ir ao TCU pedir ao Presidente — fomos muito bem recebidos, atenderam nossas solicitações — inexigibilidade e dispensa de licitação. Só que, mesmo com o processo de inexigibilidade, para colocar esse processo na praça são, no mínimo, 3 meses. E o que que houve? Como o Estado tinha desaprendido, ele não sabia especificar, além dos problemas normais que decorrem de uma licitação.

Exemplo: regulamos que iríamos comprar viaturas 1.8. Na hora que soltamos o edital, entrou uma pessoa ponderando que tinha um carro — isso tudo é real — 1.6, que era turbo e que atendia à especificação. Nós não queremos isso. Mas eu não posso deixar de dar os prazos, etc. Isso tudo são óbices. Temos que seguir o processo regular de aquisição.

Tudo meu será fiscalizado no futuro. O prazo é exíguo. E são compras de alta complexidade. Uma viatura para a polícia tem um sistema de comunicação, tem um sistema de sinalização. É diferente. O armamento é diferente. São armas diferentes. Polícia Técnica? Como é que eu vou especificar? E aí nós tivemos que ir a outras polícias buscar especificações e convencer, porque também não queriam receber de outra polícia aquela especificação que já havia sido feita. Isso tudo foi um trabalho do Gabinete de Intervenção.

Recursos estaduais. Eu aprendi, com as minhas viagens, com as minhas missões, que nada melhor do que quantificar. Então, pedi ao pessoal da área de finanças que fizesse contato com a Secretaria de Fazenda do Estado, e levantamos o investimento em segurança pública nos últimos 5 anos.

Lembrem-se de que, nestes 5 anos, estão ali embutidos: Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas. Muito bem, do valor que o Estado dispunha, foi investido na área de segurança, em média, 1.93% somente, aquele valor que está ali embaixo: 161 milhões de reais. O nosso valor de 1 bilhão de reais equivale a 6.2 anos de investimento para o Estado. Estes dados são da Secretaria de Fazenda. Então, equivale a 6.2 anos.

Além disso, já preocupados com a manutenção do legado — isso tudo é planejamento —, foram feitas gestões pelo General Laelio e a equipe dele junto à Fazenda do Estado, para que no PLOA de 2019 haja um aumento de 9.9% para a manutenção do legado. Está encaminhado.

Está andando bem, não é Laelio?

Aquisição de viaturas pelo Governo do Estado.



Outra coisa, quando eu fiz o primeiro levantamento de necessidades, eu pensava em 1 bilhão e 500 milhões. Era esse valor sem o Governo do Estado me ajudar. O Governador Pezão tem me apoiado, tanto que nós agora passamos a fazer documentos que são meus, e ele assina ratificando-os, para que haja exatamente o peso político na continuação. Eu vou dar um exemplo mais à frente.

Sobre aquisição de viaturas, ele comprou 530 viaturas. É um Ford Ka. O Estado estava sem confiabilidade. Ele apresentava um processo licitatório, e dava vazio, ninguém vinha. Por isso, veio o Ford Ka. Foram 170 viaturas já melhoradas. Agora, até dezembro, uma ação da intervenção, junto ao Estado, de planejamento, conseguiu esse recurso para mais 803 viaturas para a Polícia Militar, 64 para a Polícia Civil e 170 descaracterizadas. Chegarão até dezembro. Isso é recurso do Estado.

Sobre legado, isso são só exemplos. Eu não vou colocar tudo, porque senão ficaria cansativo, mas fica a ideia do intangível. Observem só: nós estamos trabalhando em alterações legislativas. Há alteração que é estadual e há alteração que é em âmbito de Câmara dos Deputados. Há planos de carreira dos policiais militares e bombeiros; alteração da estrutura organizacional da SEAP e da Secretaria de Segurança.

Outra coisa que eu quero lembrar aos senhores é que todo o nosso planejamento e investimento foi feito montado na estrutura existente: uma Secretaria de Segurança, uma Secretaria de Polícia Civil e Bombeiro e uma Secretaria de Administração Penitenciária. Esse foi o planejamento.

Há propostas de utilização de militares temporários e prestadores de serviço tanto para a PMERJ como para o Corpo de Bombeiros. Isso eu acho que é federal, se não me falha a memória. Nas Forças Armadas, a maior parte do nosso efetivo hoje é temporário. Fica 8 anos, não gera causa previdenciária, pega experiência. É bom nos dois sentidos. O Corpo de Bombeiros já queria isso há mais tempo. Para a Polícia, você pode ter o temporário como médico, na informática, na parte jurídica. Mantém-se um menor núcleo de profissionais permanentes e coloca-se o temporário, como é usado nas Forças Armadas.

O que acontece ali? Se não for feito nada, particularmente eu vou dar o exemplo da Polícia Militar. Pelas nossas contas, 2022, 2024, houve uma distorção e trocou-se aumento salarial por promoção. Eles são promovidos automaticamente. Só teremos 2022 e 2024, na Polícia, coronel e subtenente. O Estado não aguenta bancar isso. Então, tem que se



estruturar paulatinamente. Já existe a proposta, vou entrar com ela. Será dada a entrada no canal competente.

Mudança no quadro de acesso aos oficiais de administração para a Polícia Militar é um decreto meu, que deverá ser assinado sexta-feira. Os senhores vejam como é engraçado. Para a Polícia Militar é decreto meu, como Governador; e para o Bombeiro, tem que passar pela Assembleia. É um decreto-lei.

O quadro de oficiais de administração, colocando requisitos para que eles estudem, porque tem uma porcentagem que chega a oficial, QAO, 30% desses oficiais chegam, e muitos deles fazem o curso, terminam o curso e vão embora.

Então, nós queremos valorizar isso. Tudo é no sentido de valorização, nada é radical e nem começando imediatamente. E há algo muito importante: estamos reorganizando a estrutura logística de todos eles.

Este é um exemplo de resultado da intervenção. O Sistema Integrado de Metas existia, mas não funcionava, desde 2016. As áreas integradas de segurança pública se baseiam nestes 3 índices: letalidade violenta, roubo de veículos e roubo de rua. Acertando com o Governador, negociando e conseguindo recursos, que já foram conseguidos, isso voltou a ser pago e ajudou que houvesse a queda dos índices de criminalidade.

Isto aqui para mim é emblemático. Quando eu falo para os senhores e senhoras de instituição de Estado, o que nós encontramos? Havia uma competição para aparecer na mídia, tanto da Polícia Civil quanto dos Comandantes. A pessoa queria aparecer. E nós começamos a trabalhar com eles mostrando que o importante é a instituição segurança pública como um todo. Isso aqui não foi montado por mim, não.

Eu recebo uma foto de uma operação na Baixada, e, naturalmente, veio o *backdrop* atrás da Polícia Civil e da Polícia Militar, sem protagonismo, foi um trabalho conjunto. Isso foi uns 2 meses depois que nós começamos. Foi aí que eu senti que nós estávamos conseguindo conquistar. O principal é o *backdrop*. Às vezes as pessoas não dão importância, mas tem um significado.

Isso aqui é o fortalecimento das ações de comando e controle. A greve dos caminhoneiros é um exemplo categórico do sucesso da intervenção. O primeiro Estado que resolveu a greve dos caminhoneiros foi o Rio de Janeiro, porque já havia uma integração de todas as forças de segurança, não houve necessidade de empregar força armada, empregar um batalhão. Aquilo foi numa gradação e foi resolvido rapidamente.





Cai o Rio, e o restante vai ser que nem dominó. Eu já havia conversado com outros comandantes militares de área. Eles falaram: "*Braga Netto, caiu no Rio, vai ser igual a um dominó, o restante vai ser pacificado sem uso de força, só com presença da autoridade*".

Quanto à eleição de 2018, na eleição anterior os senhores lembram que tivemos problemas, uma série de mortes, inclusive de candidatos. Neste ano, não tivemos problema na eleição do Rio de Janeiro, por parte da segurança.

Plano Integrado de Segurança Turística, vocação do Rio de Janeiro. Eu brinco muito que o pessoal vem passear, mas eu nunca vi o sujeito falar que vai visitar determinado lugar lá no interior — estou falando do turista —; quando ele vem, ele quer ir ao Rio, ao Cristo Redentor. Então, o Rio tem uma vocação turística, como outros Estados brasileiros têm uma vocação turística.

Então, foi feito um Plano Integrado de Segurança Turística, como um todo, que já apresentou resultados. Hoje, foi publicado no Diário Oficial do Estado documento do Conselho, que está assinado por mim e convalidado pelo Governador Pezão.

Esse Plano Integrado já apresentou resultados. Isto é uma notícia da *Globonews* neste final de semana. Nós temos brincado da seguinte forma: nós tivemos um feriadão com praia cheia, sol a pino, começou a chover depois, e a única reclamação que nós recebemos foi a de que a água estava fria, não teve mais. Essa foi a única reclamação.

Então, os senhores vejam aqui sobre os hotéis cariocas. No ano passado, nessa mesma época, eles tinham 48% de lotação. Os hotéis cariocas neste feriado tiveram 85% de preenchimento. E o presidente do sindicato — não sei se é sindicato ou confederação —, nesta mesma reportagem, aparece dando uma declaração no sentido de que isso se deve ao fato de que a sensação de segurança melhorou e tal. São palavras dele.

Normalmente, nas minhas apresentações há um filminho. Eu evitei colocar filme. Houve o aprimoramento da Polícia Técnica. Nós investimos na Polícia Técnica. O número de indiciamentos aumentou em 117%.

Quanto ao banco de perfil genético, já existia a determinação, mas ninguém havia implementado. O Rio de Janeiro eu acho que foi o primeiro, ou um dos primeiros, a implementar o banco de perfil genético. Está implementado e funcionando.

Então, nós investimos na Polícia Técnica.

Isto aqui é outra coisa interessante, são as atividades correcionais, corregedorias. Não existia um histórico de atividade correcional. Se não há um histórico, eu não consigo



traçar metas. Então, nós levantamos o cenário. O cenário encontrado está aqui: dificuldade de cruzamento de parâmetros, irregularidade no reporte pelas regionais, baixo aprofundamento das análises das corregedorias. Mapeamento realizado: mapeamento dos fluxos internos, levantamento das especificidades, correlação entre os fluxos e punições e identificação dos pontos de controle, uma aferição.

O que está instituído agora? Uma sistemática com definição de fontes de coleta, estabelecimento do canal de reporte. Há uma sequência agora. Estipulamos prazos e a divulgação com publicidade mensal. Ali é um exemplo da publicidade.

Então, daqui a 3 anos haverá um histórico, e poderá ser definida uma meta. Isso é um legado.

Quanto à recuperação de efetivos, nós tínhamos uma grande quantidade de policiais militares, bombeiros e agentes do SEAP, com dispensa médica, dispensa psiquiátrica, alguns com razão, outros sem razão. Montamos uma força-tarefa com forte participação das Forças Armadas, fizemos uma avaliação deles, foi feito um trabalho para que...

Eu comecei por baixo, na reavaliação médica. Vou voltar aqui.

Houve retorno de efetivo cedido. Foi estabelecida uma meta. Estabelecemos com todos que estavam fora, não foi a retirada de todos, mas a retirada do excesso. Eu não vou nominar, mas havia abusos, havia absurdos ali. Havia pessoas com 24 policiais à disposição. Então, trouxemos de volta. Houve a retomada, primeiro, dos PMs, depois dos bombeiros. Em alguns lugares havia cinco médicos na corporação dos bombeiros. Deixa um, dois! Cinco médicos fazem falta.

Houve a retomada do Regime Adicional de Serviço — RAS, o que significa mais de 1.500 policiais por dia na rua; a rearticulação da UPP. Ninguém acabou com UPP. Elas estão sendo rearticuladas. Vou dar um exemplo da UPP de Vila Kennedy. A UPP era uma ideia muito boa, mas foi politizada. Ela foi ampliada demais, sem controle e sem formação. Qualquer tropa armada, sem formação e sem criação de valores é um risco para a sociedade como um todo. É um risco! Tem-se que formar valores.

Esse pessoal da UPP era formado mais rapidamente. A UPP da Vila Kennedy — eu não sei o efetivo certo — tinha 370 policiais, e havia um batalhão do lado com duzentos e poucos. Nós pegamos essa UPP, juntamos com os policiais do batalhão. Era responsabilidade do batalhão. Se o comandante não apresenta resultado, destitui-se o batalhão. Isso tudo foi feito. Portanto, nós rearticulamos as UPPs.



Houve convocação de aprovados em concursos, junto ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal. Ali tem que passar pelo conselho. Foi negociado. Nosso pessoal foi junto com o Estado. A Fazenda nos ajudou. Esse trabalho é conjunto com o Estado. Trabalhamos. Foi feita a reavaliação médica de policiais militares, bombeiros. Aqueles que realmente estavam com problemas foram reformados para abrir vaga. Foi dado prosseguimento nisso.

Nesse eslaide, mostro exemplos de posse de 96 papiloscopistas, por meio de negociação com a União.

O que interessa é o índice de recuperação. O pessoal fora hoje representa o menor índice desde 2007, 3%, sendo que nesses 3% há também policiais que estão naquele Segurança Presente.

Eles foram cedidos, mas estão trabalhando, usam uniforme, só com colete. Portanto, há só 1 policial na rua.

Nesse eslaide, há o exemplo de uma Unidade de Polícia Pacificadora, rearticulada, da Praça Seca. Os senhores lembram há pouco tempo aquele tiroteio na Praça Seca? Ouviram falar de novo de Praça Seca? Sumiu! Isso não significa que o crime acabou. O crime continua! Nós combatemos a ostensividade do crime.

As UPPs rearticuladas até o momento foram as seguintes: Vila Kennedy; Batan; Mangueirinha; Cidade de Deus; Camarista Méier; São Carlos; Coroa/Fallet/Fogueteiro.

As pessoas perguntam o seguinte: *"Mas por que tem dinheiro também nesse pacote?"* Lembram que era 1.200? Duzentos milhões foram destinados para as Forças Armadas. Quando foi feita a rearticulação de Coroa/Fallet/Fogueteiro — eu paguei uma missão para a Marinha —, a Marinha disponibilizou 800 homens. Mas a polícia não tem condições de dispor desse efetivo lá. A polícia disponibiliza no máximo 100 homens. Há rodízio, etc.

Foram disponibilizados 800 homens. Todo o material de engenharia é nosso. Isso é custo!

Outro ponto que a intervenção bate, que é intangível: restabelecimento de tradições e valores. Isso é só um exemplo, foi feito para SEAP e para bombeiros.

Outro exemplo é o desfile em comemoração ao Dia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A Polícia Militar do Estado do Rio tem 209 anos, tem tradição, e foi valorizada. Esta foto mostra o pessoal ferido da polícia. Eu até falei que esta foto não ficou boa, porque



havia vários cadeirantes lá. Nós os colocamos para desfilar no 7 de Setembro. A população aplaudiu de pé.

Este é um problema que eu tenho. Eu falei que quem vai punir alguém sou eu, que vou punir o Laviano, o Comandante da PM, porque ele me manda isto todo dia de madrugada, às 4h15min. Para mim, é mais tarde um pouquinho: é às 4h30min. Ele manda todo dia uma mensagem neste estilo: *"A imagem da corporação depende de cada um de nós. Você reflete a Polícia Militar!"*. Observem só: o carioca reclamava do seguinte: *"Fica aquele carro parado e dois policiais deitados dentro do carro"*. Não estou dizendo que não acontece, mas é difícil hoje, porque há uma mensagem dele que diz que pelo menos um deve ficar do lado de fora. Agora, é comum isto: *"Policial atento, você protege também o policial de folga"*. Prestem atenção a isto: *"Atitude não é sinônimo de grosseria"*. Isso tudo é para trabalhar o intangível do policial, valorizá-lo perante a população.

Recebi uma comissão de empresários — eu só não vou falar o bairro. Eles vieram até mim e falaram: *"General, queríamos conversar com o senhor"*. Conversaram. Falaram: *"General, eu queria fazer uma reclamação"*. Eu pensei: *"Meus Deus, mais uma reclamação!"*. Perguntei: *"Qual é a reclamação?"*. Disseram: *"Eu estou passando pelo policial, e o policial não está me dando bom dia"*. Eu pensei: *"Meu Deus, o pessoal ignorava o policial; agora, estão dando bom dia e reclamando que ele não responde?!"*. Então, está mudando. Isso foi mudando o policial.

Capacitação. Esta foto foi tirada no Exército, na Divisão de Simulação de Combate. Lá, há bombeiros, policiais civis e policiais militares. Os pilotos deles foram trabalhar lá na simulação.

Vejam que isso que estamos deixando é para o futuro. Curso de orçamento público, planejamento e execução. Estão em execução. Isto também: contabilidade aplicada ao setor público e gestão patrimonial, que foi a deficiência que nós plotamos; licitações públicas; gestão e fiscalização de contratos administrativos; elaboração de projeto básico e termo de referência. Isso tudo para que houvesse uma melhoria nessa deficiência que nós plotamos.

A venda da imagem da intervenção fez com que alguns empresários doassem materiais. A Taurus e a CBC doaram cem fuzis e 100 mil tiros. A Condor doou 3 milhões em munição menos letal. Há isso e mais o que nós estamos adquirindo.



Este é um exemplo de recuperação de estruturas. Esta foto foi tirada na Vila Joaniza. Nessa vila, há uma coisa interessante. Eu tive uma conversa com alguns especialistas que nos falaram da parte social de uma ação nossa. Na Vila Joaniza, nós convidamos alguns órgãos municipais para nos acompanharem. A COMLURB — Companhia Municipal de Limpeza Urbana foi. Em uma noite em Vila Joaniza, foram retiradas 116 toneladas de lixo pela COMLURB.

Este é um procedimento normal das Forças Armadas. Quando falta recurso, nós priorizamos o ensino, porque, se eu não tiver recursos, o ensino vem, eu formo pessoal. Estamos investindo na ACADEPOL — Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra e na polícia do Estado.

Foi criada a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

Foi feita a entrega de materiais. Estes são só exemplos para os senhores: *drones* para os Bombeiros, para a Polícia Civil; munição, que já foi entregue; carabinas para a SEAP; e fuzis IA2, um fuzil nacional usado pelo Exército — já foram entregues 500 fuzis. Há mais material vindo.

Eu chamaria a atenção para isto: já existia a valorização do policial instrutor; tinha morrido. Nós a trouxemos novamente — um oficial meu abraçou esta causa. Há vários exemplos disso. Eu coloquei somente um. Eu chamaria a atenção para aquelas mensagens de mídia social que trafegam, depois, na Internet, como esta:

*Não tenho palavras para demonstrar o quão satisfatório foi hoje. Obrigada por me permitir fazer parte desta "polícia que faz a diferença"! Emocionei-me algumas vezes e penso que todos que estavam lá tiveram esta mesma sensação de estar do lado dos que acreditam na mudança e que ela deve partir de nós mesmos.*

Coisa simples, mas isso é trabalhado pela intervenção também.

Parceria com o PRONATEC. Ela saiu até num artigo do Ancelmo Gois. Não é o suficiente, mas é um início.

Assinei convênio com o SESC e o SENAC para apoio à família dos policiais militares, apoio aos colégios militares, aos Bombeiros, à SEAP, a todos eles, e também apoio quando nós fazemos as nossas ações sociais, ações comunitárias. A próxima ação será sábado agora em Belford Roxo.



Indicadores. Estes são somente alguns exemplos para os senhores. Eles estão num viés constante de queda. Estes dados são em comparação com o mesmo período de 2017. Roubo de carga: redução em 28%; letalidade violenta: redução em 15%; homicídio doloso: redução em 22%; roubo em estabelecimento comercial: redução em 28%. Fizemos um levantamento. Os Correios, por exemplo. Carteiro a pé: houve 92% de redução. Veículos dos Correios, se não me falha a memória: 60% — a média, no fim, dá mais ou menos 60%, considerando estabelecimentos de Correios, viaturas, etc.

Treinamento. Não há treinamento somente de tiro, mas de abordagem, de procedimento, de regra de engajamento. Nós já treinamos 40 UPPs, num total de quase 2 mil homens; e outras 11 unidades, como BOPE, CORE, Batalhão de Ações com Cães, Batalhão de Policiamento em Vias Especiais, totalizando cerca 320 homens. O efetivo total é de aproximadamente 2.300 policiais, que são multiplicadores de conhecimento.

O tiro é prática! Quando eu falo tiro, não é que eu queira acertar alguém, eu não quero é acertar a pessoa errada. Não quero atirar e atingir uma pessoa inocente. É preciso saber quando atirar, como atirar, conforme a necessidade. Cada policial que foi para essa sessão deu em torno de 300 tiros.

Esse eslaide mostra a Força Aérea que nos apoia. O pessoal das Operações Especiais, que está atrás, foi fazer curso de sobrevivência na selva, durante uma semana, em virtude da quantidade de vegetação e matas existentes no entorno da cidade do Rio de Janeiro.

O resultado desse treinamento foram as seguintes notícias: *Queda nos índices de roubos de veículos afeta mercado e preço de seguro deve cair; Presidente dos Correios divulga suspensão de taxa de encomendas*. Aliás, era aquela sobretaxa que havia para o Rio de Janeiro.

Além disso, há um braço armado, um comando conjunto. O que eu tenho a dizer do Comando Conjunto? Lembrem-se de que o Comando Conjunto começou em julho de 2017 e fez 19 operações. A partir do início da intervenção, completou 183 operações.

Meu pessoal está distribuindo este folheto. (*Mostra folheto.*)

Isso é basicamente Comando Conjunto; não significa toda a intervenção.

Observem os números da população beneficiada — tudo foi calculado, quantificado — com as nossas operações até o momento: diretamente, 5.310.063; indiretamente — por exemplo, faz-se uma operação em Vila Kennedy; ela repercute, beneficia todo o entorno,



Bangu, Ricardo de Albuquerque, Deodoro, Realengo —, 8.764.251. Ou seja, diretamente, 5 milhões, mais 8 milhões do entorno.

Já removemos 1.078 barricadas. Hoje, temos um patrulhamento constante em 54 comunidades.

Estou quantificando as operações em custo para o tráfico ou para a milícia.

Outra coisa: quanto à milícia e ao tráfico, temos a mesma visão.

Essa foto mostra 2 dias de operação.

Contando armas e drogas apreendidas — vejam que há polícia e Forças Armadas — houve um prejuízo de 4,2 milhões de reais, em 2 dias.

Essa foto mostra 1 dia operação. Houve um prejuízo de 1 milhão de reais.

No Comando Conjunto, não havia viatura de pequeno porte. Outro dia, entramos numa comunidade com uma viatura grande. Ela bateu em cinco veículos. Quatro dos cinco veículos eram roubados. O pessoal veio reclamar. Não havia viatura blindada de pequeno porte. Era improvisado.

Podem ver o vidro da viatura. Aquilo preto é placa balística para proteger o motorista, porque já tivemos soldado ferido desse modo. O cara atira, pega na viatura, a bala atravessa.

Essa é uma viatura cheia de coletes.

Essas são as viaturas blindadas LINCE que recebemos. Elas conseguem entrar nas vias mais estreitas.

Senhores, essa foi uma visão geral da intervenção.

Como conclusão, eu queria apresentar para os senhores o seguinte: eu não tenho nenhuma pesquisa atual da intervenção. Quando começou a intervenção, a primeira pesquisa que saiu revelou apoio de 78%. Em agosto, quando os índices ainda não haviam caído daquela maneira, a *Folha de S. Paulo* fez uma pesquisa, que revelou 66% de aprovação. Hoje, nós acreditamos que essa aprovação já tenha melhorado.

Eu pergunto aos senhores, particularmente aos Parlamentares: qual política pública hoje tem 66% de aprovação?

Com isso e com o que eu apresentei anteriormente, eu quero dizer para os senhores que a intervenção é a pauta positiva. O brasileiro, por natureza, é pessimista: "*Não, não vai dar certo*". É a pauta positiva! A intervenção está dando certo, está atingindo todos os objetivos que nós propusemos. A minha preocupação, hoje, é com a transição da



intervenção. Eu já conversei com Governador eleito, vou assinar na sexta-feira a equipe de transição.

Lembro que o principal é o intangível.

Eu espero ter atendido as expectativas dos senhores e das senhoras. O que eu tinha para apresentar aqui hoje era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. APRESENTADORA** - Agradecemos ao General Braga Netto por sua apresentação.

Informamos que o General está à disposição para perguntas nos próximos 15 minutos. Solicitamos, entretanto, a gentileza de que as perguntas sejam feitas de forma objetiva, em virtude do tempo. Informamos também que os senhores e as senhoras deverão fazer as perguntas pelo microfone, uma vez que o evento está sendo gravado.

Faremos, então, rodadas de três perguntas de cada vez.

O primeiro inscrito é o Deputado Pedro Paulo.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Boa noite a todos. Boa noite, General Braga Netto.

Meu nome é Pedro Paulo e sou Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Eu queria parabenizá-lo por todo o trabalho capitaneado pelo senhor no Gabinete de Intervenção Federal. Contra fatos e números não há argumentos. Não há dúvida de que foi estancado o processo que nós tínhamos de crescimento descontrolado da violência que ocorria no final do ano passado, principalmente durante o carnaval, quando foi iniciada, a partir de uma decisão do Presidente da República, a intervenção federal no Rio de Janeiro. Não há dúvida de que o objetivo esteja sendo alcançado. Mas há também preocupações ainda em relação ao presente e ao futuro.

Partindo da minha opinião sobre o sucesso da intervenção e o excepcional trabalho que o gabinete vem conduzindo, apesar da dificuldade institucional que nós enxergamos de como vai funcionar a intervenção junto ao Governo em andamento — foi a primeira vez que nós acionamos o dispositivo constitucional de uma intervenção específica para a segurança pública —, eu tenho três perguntas bem objetivas em relação à intervenção.

A primeira é em relação ao orçamento. A fotografia de ontem, da execução orçamentária do 1,2 bilhão que foi liberado a partir da MP 825, mostra empenhos, em





valores, da ordem de 323 milhões e pagamento efetivo liquidado de 75 milhões. Os números são exatamente esses ou quase esses.

Preocupa-me essa questão porque faltam 40 dias para o encerramento da intervenção. A minha pergunta é: até onde será possível utilizar esses recursos para custeio e investimento, disponibilizados a partir da MP 825, aprovada aqui no Congresso, e que são necessários para a intervenção? O senhor mostrou quão bem estão sendo utilizados esses recursos.

A segunda pergunta é no seguinte sentido: a reestruturação das polícias não há dúvida de que é necessária. Nós estamos quebrando a hierarquia das polícias, não existe mais pirâmide na hierarquia militar, hoje ela está invertida. O senhor conhece todos os números. Nós teremos promoções até 2022, cerca de 40 mil, juntando as duas corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A minha pergunta é no sentido de saber se o projeto que está pronto, e nós sabemos disso, será encaminhado até o dia 31 de dezembro; se ele já foi acertado com a equipe de transição do novo Governador; e se ele será encaminhado para a ALERJ até o final da intervenção.

A terceira pergunta, General, é no sentido de saber sua opinião sobre o seguinte: o Governador eleito, durante a campanha eleitoral, comprometeu-se em acabar com a Secretaria de Segurança Pública, o que, na minha opinião, é um grande erro, porque uma das principais premissas do sucesso do trabalho da intervenção foi justamente a integração das polícias. E está mostrado em todas as apresentações que eu tive a oportunidade de estar com o senhor no Gabinete de Intervenção o sucesso dessa integração. Na minha opinião, quebra-se esse pilar que foi estabelecido na estratégia da intervenção na segurança pública. Então, eu queria saber a sua opinião sobre o fim da Secretaria de Segurança Pública no novo Governo que se vai iniciar com o Governador eleito Wilson Witzel.

Essas são as minhas perguntas.

Mais uma vez, parabenizo-o pelo seu trabalho.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Obrigado, Deputado, pela pergunta.

Em relação ao orçamento, o mais importante para mim — e depois até o General Laelio pode entrar em algum detalhe mais profundo sobre isso, porque ele é o especialista —, a nossa maior preocupação é em relação ao empenho. Uma vez empenhado, está fechado. Só que eu não sou dono do processo. Eu dei o exemplo do carro, que eu falei que



nós colocamos no edital, e o pessoal questionou por que o carro é 1.8, acham que 1.6 turbinado resolve. E eu tenho que cumprir esse projeto.

Então, nós já vamos trabalhar também junto ao TCU para que não se perca esse recurso. Mas isso foge do meu controle, é externo ao meu controle.

No nosso planejamento, como o senhor pode ver, há trezentos e poucos processos em andamento. Nós já temos... São quantos processos, Laelio, em números? Você sabe os números melhor do que eu.

**O SR. LAELIO SOARES DE ANDRADE** - Hoje temos 420 milhões em pregão, neste mês.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Só este mês são 420 milhões em pregão, que, se não der problema... Nós acreditamos que não vai dar.

E nós já fizemos, não sei se o senhor viu, um valor de processos, ultrapassando 1,4 bilhão, para, caso haja problemas, nós consigamos utilizar todo o recurso.

Então, embora não dependa de mim terminar, nossa intenção é fechar 100% dos empenhos. Liquidar não vai, porque só vou liquidar quando eles entregarem o material.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Isso. E o dinheiro, pelo que me foi explicado, está vinculado, não tem problema.

Projeto de carreira. Eu passei a sexta-feira junto com a equipe do Governador Pezão. O projeto vai ser encaminhado, assinado por mim e por ele. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros estão dando ciência disso aos comandantes, para divulgação, etc. É um projeto palatável, desde que deem início ao processo de transição com redução. Não vai ser radical, mas ele vai dar andamento. Está nas mãos do Governador. Está na PGE, não é, Paulo Roberto?

Está. Eu só estou vendo o problema legal.

Com relação à Secretaria de Segurança Pública — eu vou responder mais ou menos a pergunta do senhor, se o senhor me permitir —, acho que a secretaria realmente estava muito acima do necessário. Ela era praticamente uma terceira força policial. Então, tinha que reduzir. Conversei com o Governador e mostrei a ele que a secretaria faz toda transição, toda a coordenação das operações, mas essa decisão é dele. Eu tive com ele



uma conversa reservada e fui bem claro quanto aos prejuízos que podem ocorrer com a extinção da secretaria, porque vai voltar aquela competição que nós conseguimos terminar.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Obrigado.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Eu que agradeço.

**A SRA. APRESENTADORA** - Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT - MG) - Comandante, quero cumprimentar V.Exa. e todos os demais integrantes da comitiva. Sou o Deputado Subtenente Gonzaga, de Minas Gerais.

Primeiro, quero dizer que, se o senhor fosse interventor em Minas Gerais, ia sobrar um bom tempo para o senhor ir à praia no Espírito Santo prestigiar o Evair Vieira de Melo.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Opa! Isso seria bem-vindo.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT - MG) - Isso porque tudo o que o senhor descreve aqui como a realidade que encontrou no Rio de Janeiro, concretamente o senhor encontrará em Minas Gerais. Então, preocupa-me o fato de essa apresentação passar, inclusive, a impressão de que essa é a realidade em todos os Estados. Com certeza, Minas Gerais não vive essa realidade do ponto de vista da gestão, do ponto de vista do conhecimento.

Então, que me desculpem os companheiros do Rio de Janeiro, mas eu já falei, por mais de uma vez, que o Rio de Janeiro, infelizmente, na questão da segurança pública, não é exemplo nem de problema nem de solução para se aplicar no resto do Brasil. Assim, em Minas Gerais, o senhor com certeza teria folga para tirar uns dias na praia, no Espírito Santo.

Quando eu encaminhei, pelo meu partido, pela aprovação do decreto de intervenção, eu coloquei algo que para mim continua sendo importante.

Na minha opinião, para se fazer segurança pública, precisamos de quatro fundamentos: conhecimento, que é o principal, é importante; recurso financeiro; autonomia financeira, orçamentária e política; e autoridade. Eu acho que essa é a grande lição que fica da intervenção, porque ela garantiu tudo isso. Ela garantiu os fundamentos principais, que, na minha avaliação, são esses, e ainda permitiu o controle externo, que está sendo feito, inclusive, pela Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, o grande mérito da intervenção é reconhecer que não se faz segurança pública sem esses fundamentos. Precisamos de recursos financeiros, o que é



um sério problema em todos os Estados, porque não há financiamento previsto na Constituição Federal, mas foi dada autonomia, foi retirado todo poder político, toda intervenção política dos interventores, do senhor, e foi dada autoridade, acima da Polícia Militar, da Polícia Civil. Então, nesse sentido, eu acho que o grande legado da intervenção é o reconhecimento de que precisamos disso.

Obviamente, são vários os pontos que eu gostaria de discutir, mas vou àquilo com que me preocupo diretamente como policial militar e que discuto: a reestruturação de carreiras, pela qual brigamos. A realidade do Rio de Janeiro, mais uma vez, na minha avaliação, não pode ser referência para a reestruturação das carreiras no Brasil. Preocupa-me esse encaminhamento.

E temos uma posição bem clara contra a utilização dos temporários. Entendemos que a atividade de segurança pública, seja na Polícia Militar, seja na Polícia Civil, não pode prescindir de uma estrutura permanente. Entendemos que a realidade da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros é bem diferente da realidade das Forças Armadas, que já são organizadas há décadas e realmente não têm missão todos os dias que justifique uma força permanente muito grande. A força temporária, de fato, tem essa função.

Nós já rejeitamos aqui proposta de emenda à Constituição nesse sentido. O Estado de Goiás sempre defendeu essa tese. Isso já foi objeto de PEC aqui, e continua tramitando alguma coisa. Quando da análise das duas medidas provisórias que reestruturavam, inclusive, a Força Nacional, nós trabalhamos muito, até mesmo com o apoio do Exército, contra os temporários na Força Nacional.

Então, eu acho que poderíamos discutir essa reestruturação e a utilização dos temporários não como um legado da intervenção, porque isso não é pacífico. Isso resolve um problema orçamentário e de efetivo, mas a solução é temporária também. Então, nós já rejeitamos isso como premissa de organização das polícias, até porque ninguém apareceu defendendo os temporários em outras forças, só na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Nós já temos uma posição bem clara quanto a isso.

Eu só queria trazer esse reconhecimento. Depois eu gostaria de ter uma oportunidade para me aprofundar em outros temas.

Eu vou deixar uma única pergunta. O senhor apontou ali, se não me engano, 118% de aumento nos indiciamentos.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - O senhor pode repetir?



**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG)** - Posso. O senhor apontou, se não me engano, 118% de aumento nos indiciamentos, ou melhor, 117%. A minha pergunta é: esse aumento é resultado efetivo de processos investigatórios ou, como já é a maioria dos indiciamentos Brasil afora, é pela autoria definida a partir do flagrante das forças ostensivas?

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Eu quero lembrar que eu sou o Comandante do Comando Militar do Leste — CML. Então, eu conheço e também acompanho a segurança pública no Estado do Rio e no Estado do Espírito Santo. Eu sei o valor da polícia de Minas.

A intervenção é específica para a situação encontrada no Estado do Rio de Janeiro. Eu sempre falo o seguinte: os policiais do Rio de Janeiro, tanto o militar como o civil, o bombeiro e o da SEAP, são uns heróis. Eles trabalham bem. Há uma banda que precisa de atividade correcional, mas é uma minoria, e normalmente se generaliza isso. Quando falamos de temporário, não é temporário para o policial. Cada caso é um caso; às vezes, tem-se uma visão geral.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro também só aceita o temporário para atividades administrativas, como o médico, a pessoa de informática; o bombeiro já aceita para a atividade física. Cada caso é estudado. Então, não é uma coisa geral que está sendo trabalhada para o Rio de Janeiro.

Realmente nós instituímos a meritocracia. Recebi pedidos, e só funcionou a meritocracia. É o que nós valorizamos como instituição do Estado.

Eu acho que perdi uma pergunta.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG)** - É sobre o índice de indiciamento.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Ah, sim. Em relação a esse aí — eu vou ser sincero com o senhor —, eu não tenho resposta. Não sei se o Carlos Eduardo a tem.

Eu designei o Carlos Eduardo para a Secretaria de Segurança Pública. Ele trabalha junto com o General Richard.

Por favor, Carlos Eduardo, pode responder essa pergunta.

**O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA DA COSTA** - Deputado, basicamente os 117% apresentados se referem aos inquéritos abertos e às averiguações preliminares. Este é o relato da ASPLAN, que é a Assessoria de Planejamento da Polícia Civil. Assim que começamos a intervenção, nós nos preocupamos muito com a questão da mensuração.



Nós só podemos, na verdade, dar rumo à alguma coisa quando mensuramos a produtividade. Então, nós pedimos a eles que fizessem alguns parâmetros. O que foi apresentado é de março a setembro deste ano, comparado com 2017. Esse aumento é de 117% em relação a inquéritos que foram abertos e a averiguações. As resultantes desses inquéritos, ou seja, o fechamento desses inquéritos nós ainda não temos, porque eles permeiam, eles passam, transpõem o ano. Mas, em relação à abertura de inquéritos e a averiguações, é aquele número que está ali representado.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG)** - Há uma estatística do Rio de Janeiro relativa a um tempo anterior, mas a Meta 2, do CNJ, fala que apenas 4% dos inquéritos de homicídio resultaram em autoria de materialidade. Então, 117% ainda devem ter ficado, se for essa mesma referência.

Mas o meu questionamento é para entender em que medida a intervenção contribuiu com a investigação. Isso porque o indiciamento já é, na maioria dos casos, resultante da autoria definida pelo flagrante. Por isso eu quero compreender qual é o legado da intervenção na melhoria da investigação.

**O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA DA COSTA** - Os 4% são sob o índice de resolução. Este não é o que foi apresentado.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG)** - O.k. Obrigado.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Está o.k.?

Mais uma no geral, por favor.

**A SRA. APRESENTADORA** - Antes da próxima pergunta, General, peço licença só para informar que as inscrições estão encerradas e que oportunamente quem quiser fazer perguntas ao General pode encaminhá-las para que ele responda.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Nós responderemos a todas as perguntas que forem encaminhadas.

Coronel Carlos Frederico Gomes Cinelli, levante-se, por favor.

Os senhores podem encaminhar as perguntas para o Coronel Cinelli, que é o nosso Chefe da Comunicação Social.

**A SRA. APRESENTADORA** - O próximo inscrito é o Deputado Evair Vieira de Melo.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES)** - General, boa noite.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Boa noite.



**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Eu sou o Deputado Evair Vieira de Melo, do Estado do Espírito Santo.

Em primeiro lugar, quero agradecer-lhe pela liderança. Nós recentemente precisamos da intervenção das Forças Armadas na segurança pública do Estado do Espírito Santo. Acompanhei presencialmente a atuação. E quero deixar registrado o meu reconhecimento, como capixaba, pelo brilhante trabalho desenvolvido em terras capixabas.

Em segundo lugar, quero falar da nossa polícia. Algumas pessoas fizeram a opção pelo crime e decidiram fugir do Estado do Rio de Janeiro. Quando adentraram no Estado do Espírito Santo, encontraram a polícia preparada e não tiveram a sorte que esperavam. A nossa polícia foi muito eficiente. Somos Estados vizinhos, e o senhor conhece bem a nossa realidade. E quero dizer que a nossa polícia cumpriu o seu papel.

Mas, como um soldado raso, eu quero ser bem objetivo. Neste momento, nós estamos no período de transição de Governadores e de Presidente da República. Naturalmente, a segurança pública foi um tema presente no processo eleitoral. Possivelmente, muitos eleitores adotaram esse tema como principal e votaram, conforme essa orientação, naqueles que apresentavam propostas e planos para a solução da segurança pública.

Nós entendemos que a segurança pública não envolve apenas segurança; ela passa pela infraestrutura, pela geração de renda, ou seja, é uma combinação de fatores. Mas a intervenção, a presença policial, a atuação policial é importante. Percebeu-se, por parte de quem participou do processo eleitoral, que essa proposta um pouco mais enérgica de atuação, inclusive, dando autonomia à polícia, foi muito bem aceita pela população, que respondeu em votos. Isso é fácil de se medir.

Diante da experiência que o senhor tem nessa carreira brilhante, chegando a general, uma experiência que não é única, mas que lhe dá essa oportunidade desses caminhos percorridos e dessas lições aprendidas no território do Rio de Janeiro, eu gostaria de saber qual é a orientação, qual é o ponto de partida para que os nossos novos Governadores possam realmente construir uma política efetiva, com autonomia da polícia, para o combate mais rigoroso da criminalidade, com essa intervenção direta e objetiva, para que possamos aperfeiçoar cada dia mais as ferramentas de segurança pública.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Agradeço a pergunta a V.Exa.

Eu até complemento a resposta com a questão que o Deputado fez-me anteriormente.



O gabinete éramos eu, o General Richard e o General Sinott. A primeira coisa que nós fizemos foi convidar — e todos vieram — todos os Estados do entorno. Foram ao Rio o secretário, os comandantes de polícia, os chefes da Polícia Civil, o Superintendente da Polícia Federal, os chefes das Agências Brasileiras de Inteligência, o chefe da Força Nacional, o Comandante da Força Nacional, todos preocupados com essa questão.

Normalmente, o marginal migra dentro do próprio Estado, porque ele não vai sentir-se confortável fora dele. Então, nós coordenamos isso para evitar esse tipo de problema. A população estava com medo e tínhamos que dar uma resposta a ela.

Com relação à pergunta do senhor, pelo que eu vi, o que as polícias precisam é de gestão e de cuidado na formação, porque o problema que houve no Espírito Santo foi a criação de uma força sem formação de valores. Foi aí que surgiu o problema do pessoal dos últimos 5 anos. As polícias também precisam de foco na meritocracia e que sejam encaradas como instituição do Estado para que não haja competição entre elas.

O que nós fizemos no Rio não é para ser replicado, mas serve como orientação. É um trabalho que está pronto. Os senhores podem consultá-lo, mas ele tem que ser adaptado a cada realidade.

A minha sugestão é esta: foco na meritocracia e na instituição de Estado — o policial tem que ser cobrado em cima disso também; reforço nas inteligências, com integração entre elas; e um suporte forte para a corregedoria, no sentido de que, caso alguém faça alguma coisa errada, o bom policial não seja penalizado pela ação do mau policial.

É só isso.

Muito obrigado.

**O SR. PASTOR EURICO** (PATRI - PE) - General Braga Netto, gostaria de aproveitar a oportunidade e registrar as nossas felicitações pelo que ocorreu nesse período. Inclusive, essa apresentação veio a tempo, mas lamento por ela não estar sendo feita para um número maior de Parlamentares.

Tivemos muita oposição quando se falou em intervenção federal, porque misturaram intervenção federal com intervenção militar. E para se explicar isso aqui, tivemos muitas dificuldades, até porque — e usando uma linguagem bem nordestina, que diz *"água mole em pedra dura tanto bate até que fura"* — tentava-se criar na população uma ideia negativista sobre o que é um comando militar. Na verdade, a interferência foi federal.





Eu não morro de amores pelo Governo que aí está, porém temos de ser justos: a decisão de se fazer essa intervenção, de se ter um comando militar foi muito acertada, principalmente quando foi apresentado o Comando do Exército.

V.Exa., nobre general, recebeu uma batata muito quente nas mãos. E acredito que os votos naquela época eram de insucesso para o senhor e toda a sua equipe.

Eu não vou fazer perguntas, apenas quero deixar registrado os nossos parabéns, pois o senhor conseguiu trazer resultados positivos. Embora muitos estejam dizendo neste momento que nada de novo aconteceu, contra fatos não há argumentos.

A única preocupação que ficou — até discutimos isso aqui — foi sobre o grande problema, hoje, das audiências de custódias, como são tratados esses elementos que alguns querem tratar tão bem, mas não querem levar para a casa deles. Então, eu acho que bandido tem que ser tratado como bandido. Para bandido, quanto maior o rigor das leis, melhor.

Parabéns aos militares que, ao seu lado, estão nessa coordenação! A participação do Exército prova mais uma vez que as instituições militares, com todo o respeito às demais Forças, o Exército tem a credibilidade da população. Só em estar um militar do Exército na rua, já há aquela alegria, aquela felicidade por parte de alguns, uma sensação de segurança diferenciada. Parabéns! O senhor tem o nosso aplauso.

Eu fui reeleito para mais um mandato, vou para o terceiro mandato. Os nossos companheiros que fazem parte da Comissão de Segurança Pública vão estar aqui por mais 4 anos, lutando e defendendo a segurança e também nossas Forças Armadas, porque elas merecem, têm toda a dignidade e até hoje não se pode acusá-las.

Encerro dizendo, nobre General: o lindo — permita-me usar a expressão "lindo" — é que o senhor pode falar aqui e mostrar orçamento, valores, resultados. Eu duvido que aqueles que foram oposições possam provar que houve falcatruas e roubo na administração de V.Exas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - O senhor não me perguntou, mas eu peço permissão para fazer um agradecimento ao senhor e dizer que o trabalho não é meu. O trabalho é da equipe. Eu dou o rumo. O importante é saber o seguinte: essa equipe não é só de militares, porque nós conseguimos mostrar às polícias, à segurança pública de uma maneira geral que nós éramos uma janela de oportunidades. Eles vieram e abraçaram a



causa junto conosco. Então, todo esse planejamento de que nós falamos tem a participação deles também.

Muito obrigada a V.Exa.

**A SRA. FABIANA** - General, boa noite. Fui eleita Deputada Federal para a próxima legislatura. Sou policial no Rio há 21 anos e acompanhei de perto a operação na Vila Kennedy. Durante 18 meses, fui Subcomandante do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas dentro da Vila Kennedy.

Muito mais que uma pergunta, General — se é que posso dizer assim —, quero fazer-lhe um apelo: que o senhor não deixe, ou nesse término de intervenção, ou no período da transição, ou quiçá numa prorrogação da intervenção, de investir em gestão de pessoas, em valorização. Trabalhar com meios inexistentes, eu vejo isso há pelos 21 anos dentro da corporação, coloca a Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro no posto de polícia de Primeiro Mundo. Em relação à polícia do Rio, e eu falo isto para o senhor com propriedade, quanto mais nós cuidamos do portão para dentro, menos precisamos cobrar do portão para fora.

Peço respeitosamente que o senhor tenha cuidado com alguns posicionamentos antipáticos. Sei que são necessários, no tocante à progressão de carreira e à promoção por tempo de serviço, considerando a pirâmide invertida que temos hoje, com um número surreal de subtenentes e segundos-sargentos, e um número inexpressivo de soldados. Comandante, para a tropa, isso parece um balde de água fria. Parece que quem está nos gerindo não reconhece que cada policial militar tem uma tatuagem em seu corpo que diz que nada do que é humano nos é indiferente.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro é isso, General, e é assim há 209 anos. Fui eleita pela tropa para que eu pudesse aqui sensibilizar os meus colegas para o fato de que, a despeito do crescimento da violência, a Polícia do Rio quer ser tratada com profissionalismo e seriedade. Quer se capacitar, quer se preparar para prestar um serviço de segurança pública de forma cada dia mais eficiente, porque nós juramos servir e proteger, e isso não nos foge.

Para finalizar, General, eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que não vou tirar a minha farda. Estarei aqui com elemento facilitador para que, de fato, eu possa fazer diferença no que puder e também no que não puder, porque sempre foi assim, para que as instituições de segurança pública, especialmente a Polícia Militar, recebam efetivamente incentivos e tenhamos dias melhores pela frente.



Portanto, por favor, não se esqueça da gestão de pessoas, da valorização, da capacitação, porque a Polícia do Rio de Janeiro é polícia de Primeiro Mundo, é a melhor polícia do mundo!

Obrigada.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Eu agradeço a sua observação, Major. Constatei, *in loco*, tudo o que V.Sa. falou. V.Sa. sabe que, por natureza, nós vamos junto à tropa. Então, eu até brinquei com eles: "*Vocês já viram um governador de colete, fuzil e capacete?*" Eu fui ao Alemão. Estou reestruturando o Alemão, porque aquilo não tinha condições de se manter. No Alemão, o policial estava em um buraco, sem munição.

Acredito que V.Sa. observou, na nossa apresentação, que a minha ênfase é exatamente na valorização da tropa e no intangível. V.Sa. viu a força que eu dou para o Comandante Laviano em relação a isso, à Polícia e a esse trabalho de valorização. Nós temos um foco sobre isso.

Eu gostaria de deixar claro: todas as vezes que falamos em reestruturação de plano de carreira, o pessoal fica apavorado. Não é nada imposto diretamente! Tudo foi trabalhado junto com a Polícia. A Polícia trabalhou junto conosco para tentar resolver um problema que vai explodir. Aí, sim, eu posso ter que tomar alguma medida — aliás, eu não, o Governo pode ter que tomar uma medida radical. Então, nós estamos adiantando, e é um processo que pode ser observado pelas outras Polícias, e do mesmo jeito: não para ser copiado, mas para ser analisado e adaptado a cada situação. Mas essa é uma preocupação nossa.

Há um plano de transição que está previsto para ir até meados do ano que vem, em junho ou julho. Essa transição é feita, particularmente, tanto na parte de recursos como na de gestão de pessoal.

**O SR. LAUDIVIO CARVALHO** (PODE - MG) - General Braga Netto, é um prazer revê-lo, é um prazer reencontrá-lo.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Muito obrigado.

**O SR. LAUDIVIO CARVALHO** (PODE - MG) - Nós somos vizinhos de bairro em Belo Horizonte. Na verdade, os nossos familiares residem muito próximos uns dos outros.

Eu só tenho que parabenizar as Forças Armadas Brasileiras, em especial o Exército Brasileiro. Os senhores representam o maior orgulho nacional, o maior orgulho deste povo!

O que acontece no Rio de Janeiro não é uma intervenção militar, é uma intervenção de Estado. Onde falta o Estado, sobra o crime. O Brasil vive hoje uma verdadeira guerra,



se considerarmos que aproximadamente 60 mil pessoas são assassinadas por ano. E não são assassinados gratuitos. São cometidos principalmente pelo tráfico de drogas, porque o traficante cobra é com sangue. Ele não entra na Justiça para cobrar do devedor. E o crime se organizou no Brasil, enquanto a sociedade ficou desorganizada.

Muito recentemente, fizemos uma viagem — o Deputado Pastor Eurico estava conosco nessa viagem — e fomos conhecer o Batalhão de Infantaria de Selva, na Amazônia. Sobrevoamos a região por 2 horas, em um jato. O que se vê é somente água e árvore lá embaixo. E é possível perceber todas as dificuldades que o Exército Brasileiro tem para fazer a segurança das nossas fronteiras.

Portanto, o crime se organizou e a sociedade se desorganizou. Mas, graças a Deus, nós temos boas Polícias! Na maioria das vezes, estão sofrendo pela ineficiência administrativa dos seus Estados, mas temos um Exército de homens fortes, respeitados, com ideais.

Por isso, quero parabenizar o Exército Brasileiro pelo que tem feito ao longo da história deste País e, mais ainda, pela intervenção de Estado que está sendo feita no Rio de Janeiro, no Estado fluminense. Quero apenas parabenizar e dizer aos senhores que eu, como reservista do Exército Brasileiro, tenho o maior orgulho dessa farda verde-oliva!

Muito obrigado, General.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Eu é que agradeço a V.Exa.!

Apenas quero lembrar que, na intervenção, temos também a Marinha e a Força Aérea. O peso, normalmente, fica na Força terrestre, mas o meu gestor de pessoal é da Força Aérea, e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é da Marinha.

**O SR. LAUDIVIO CARVALHO** (PODE - MG) - Na verdade, são as nossas Forças Armadas que nos orgulham, mas o Exército Brasileiro, pelo fato de ser a Força terrestre, é a que mais aparece, a que visivelmente encontramos com mais facilidade.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Obrigado a V.Exa.!

Ouçó o Deputado Evandro Gussi.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV - SP) - Sr. General, primeiramente, eu quero me somar aos meus colegas, parabenizando V.Exa. e sua equipe das três Forças pelo belíssimo trabalho que têm realizado.

Há algo que considero importante ressaltar. Um grande pensador inglês, Lord Acton, disse: "*O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente (...)*". O



poder traz sempre uma oportunidade de se fazerem coisas boas, mas também traz o risco de usurpado, causar malefícios. Por isso, uma das coisas que precisa ser muito bem registrada é a maturidade, o dever cívico, o sentimento nacional com que V.Exa. e sua equipe trataram esse poder excepcional — é assim que a Constituição o traz. Ressalto o modo como V.Exa. e sua equipe trataram e têm tratado esse poder: com maturidade, com altíssimo espírito cívico, com altíssimo amor à nacionalidade, ao não permitirem, na minha humilde opinião, nenhum evento, nenhuma tentação de usurpação de um poder excepcional que a Constituição garante.

Acho que isso é um exemplo e um legado, ao lado desses todos que podem ser traduzidos em números e que às vezes são mais fáceis de ser percebidos. Este é um outro legado da intervenção: como o poder, mesmo o constitucionalmente excepcional, pode ser bem gerido, pode ser bem tratado, pode ser bem organizado, e o quanto se vai traduzir em melhora para a vida das pessoas. Acho que essa intervenção, para além dos dados tangíveis e entre os intangíveis, deixa esse brilhante exemplo que V.Exa. e a sua equipe das três Forças — e também as Polícias envolvidas no Rio de Janeiro — prestam ao Brasil. Possuindo o poder, esse poder é tratado de maneira equilibrada, a serviço exclusivo da população.

Há um segundo legado intangível que me parece importante. Digo, também com modéstia, que uma das grandes causas do advento e da consolidação da criminalidade no Brasil foi uma equivocada percepção antropológica e sociológica da relação sociedade e crime. Foi implantada e se consolidou no meio acadêmico brasileiro uma das maiores falácias sobre a relação perfil socioeconômico e crime. De fato, surgiu mundo afora a ideia de que haveria uma relação estrita entre perfis socioeconômicos e intenções de criminalidade ou índices de criminalidade. Contudo, mundo afora, isso já foi desmascarado, ou seja, não é a condição socioeconômica da pessoa, por si só, que a define. Não estamos aqui pregando a miséria, pregando que não seja necessário o mínimo de prosperidade financeira para a vida das pessoas e da sociedade em geral, mas a relação direta entre o perfil socioeconômico e o perfil de criminalidade está desmascarada. Isso não existe.

Infelizmente, no Brasil, ainda se acredita nessa falsidade. Uma mentira daquelas, ditas milhões de vezes, como pregou Goebbels... Eu não diria que vira uma verdade, pois nunca será, mas é uma mentira bem contada e que convence muita gente.



A intervenção parece ter contribuído para a mudança de rota que vemos em alguma medida no Brasil, para perceber que, no fundo, a criminalidade está associada à humanidade. Nós punimos seres humanos que matam outros seres humanos. Consideramos isso um homicídio porque o ser humano é um ser livre, diferente daquilo que consideramos em relação aos animais. Por que não punimos um jacaré que faz o mesmo no Pantanal? Porque ele é um ser determinado pelos seus instintos, desprovido de liberdade moral. O ser humano, ainda que provocado pela ira de determinado evento, é capaz de se posicionar em relação a esse evento e determinar como vai agir, e assim por diante. Por isso, todas as vezes que nós negamos a responsabilidade de uma pessoa — quer seja responsabilidade civil ou administrativa, quer seja responsabilidade criminal — nós estamos, no fundo, a negar também a liberdade do ser humano. No fundo, todos os Estados que negaram a responsabilidade, tornaram-se totalitários no passo seguinte, negando também a liberdade.

É comum também que os países que mais respeitam a liberdade humana... Podemos fazer uma série de críticas aos Estados Unidos da América, mas o próprio Tocqueville disse que conheceu o que era liberdade depois de viver e andar pelos Estados Unidos. Assim, o país que mais preserva a liberdade das pessoas, dos seus cidadãos, é aquele também que mais as responsabiliza quando, de alguma maneira, elas infringem a lei, quando deixam de cumprir um mínimo do pacto social.

Com o perfil de seriedade, com o uso moderado, equilibrado e racional do poder com que V.Exa. e sua equipe estão reconduzindo o Rio de Janeiro, no fundo estão conseguindo também reconstruir no imaginário social, nesse inconsciente coletivo brasileiro, a distinção mais clara entre a mulher e o homem de bem, que são a maioria da população, inclusive nas comunidades do Rio de Janeiro, e, do outro lado, aqueles que cometeram crimes, infringiram a lei e vão ter que ser responsabilizados por isso. Essa marca, parece-me, é um outro valor intangível.

E aqui me chama a atenção o seguinte: nós não podemos perder a oportunidade, temos que aproveitar o máximo possível esses efeitos para alcançar um perfil formador, um perfil educador da sociedade brasileira, que muitas vezes se viu seduzida por aquele perfil do malando, por aquele perfil do que tergiversa em relação à legalidade. É óbvio que não estamos falando aqui em negar direitos mesmo ao mais vil dos assassinos, mesmo ao mais



vil dos meliantes. Que lhe sejam preservados os direitos que possuem. Quanto aos direitos que, conforme a legislação, devem ser cerceados, que assim o façamos com seriedade.

Portanto, parece-me que esse belo legado dever ser, de fato, explorado à exaustão. Quem sabe possamos fazê-lo nos processos educacionais e nos processos de formação das nossas Polícias Brasil afora? Assim, recuperaremos esse princípio moral básico de que há o bem e há o mal. E aquele que cumpre, deve ter a sua vida preservada e estimulada; e aquele que não o faz, deve ser desestimulado.

E termino com uma lição que aprendi de talvez um dos maiores psicoterapeutas do século XX, um austríaco chamado Viktor Frankl, pai da logoterapia. Ao fazer uma conferência em um presídio, em uma penitenciária norte-americana, lá pelas tantas Viktor Frankl disse, mais ou menos, o seguinte: *"Não venham me dizer os senhores que estão presos aqui porque foram molestados na infância, porque viveram em bairros periféricos, e assim por diante. Eu vi a ficha de vários dos senhores aqui, e os senhores têm irmãos e outros parentes que viveram as mesmas condições e são grandes homens e grandes mulheres. Os senhores estão aqui porque, num determinado momento, fizeram opções equivocadas na vida. E justamente porque foram livres para fazer essas opções equivocadas, são livres, a partir de hoje, para tomar as decisões certas"*. Quando nós criamos esse determinismo sociológico e antropológico, nós, no fundo, condenamos aqueles que estão nas prisões a continuarem como criminosos para o resto da vida e negamos a eles a liberdade de emendar a própria vida.

Muitos pensariam que, após aquela fala, Viktor Frankl fosse ser alvo de atentado no presídio. Pois os presos fizeram uma fila indiana para cumprimentá-lo, e um deles chegou a dizer algo assim: *"Muito obrigado! Pela primeira vez, alguém nos tratou como pessoas, ou seja, donos dos próprios destinos e responsáveis perante eles"*.

A sugestão que eu faria, com muita humildade, diante de um trabalho tão grande, tão global como o que V.Exa. e sua equipe realizaram, é que nós não perdêssemos esta oportunidade de esse legado, que foi sentido pelo povo brasileiro, ser aproveitado por anos ou por décadas.

Mais uma vez, parabéns pelo exímio trabalho!

E as Forças Armadas, que são um símbolo de estabilidade, mesmo sofrendo injustos preconceitos de uma historiografia tão questionável e tão perturbada, que coloca a lupa sobre um ponto e permanece cega para outros, são instituições que nunca negaram a sua



missão precípua, a defesa do território e a garantia das instituições. Mais do que isso, cumpriram também as missões que não eram aquelas que a Constituição lhes atribuía de pronto, a garantia da lei e da ordem, quando não puderam ser cumpridas pelas forças estaduais. E no caso mais gravoso, o do Rio de Janeiro, foram obrigadas a encabeçar uma intervenção que, não sendo militar, mas feita pelos militares, só honra a farda que V.Exas. vestem, sem dúvida.

Obrigado.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Obrigado a V.Exa. pelas considerações.

Quanto à observação que V.Exa. fez, vão ser tomadas pelo Gabinete as providências necessárias. O General Paulo Roberto é o nosso encarregado da parte de planejamento.

Para tranquilizar V.Exa., digo que, exatamente com essa preocupação, já temos um processo de historiografia, porque nós sabemos que vamos ser base para estudos de doutorado, de mestrado, etc., etc. Todo esse processo já está em fase de contratação e está sendo acompanhado pelo pessoal da Escola de Comando e Estado-Maior. Tudo está sendo documentado, para que sirva de consulta, de subsídio para quem queira consultar.

Muito obrigado.

**O SR. SERGIO SENA** - Boa noite, General. Eu sou Sergio Sena, Consultor Legislativo da Casa. Antes de fazer a minha solicitação, eu queria deixar um testemunho.

Eu trabalho para o OLERJ, faço alguns serviços técnicos para o órgão. Estive no Rio de Janeiro diversas vezes. Eu queria dizer para V.Exa. que encontrei as portas abertas, de toda a sua equipe. Não tivemos qualquer dificuldade de acesso às informações de que precisávamos para fazer os relatórios e documentos que fizemos, alguns já elaborados, outros ainda em elaboração. Eu queria agradecer muito isso, porque não houve qualquer embaraço, qualquer dificuldade para o acesso às pessoas e às instalações. Eu estive inclusive em instalações da Polícia Militar e da Polícia Civil, em vários lugares. Portanto, eu queria agradecer a V.Exa. e à sua equipe o apoio.

Quero deixar registrado, porque acho importante, que talvez as pessoas não deem importância a este momento. Esta é a primeira intervenção depois de décadas, e às vezes as pessoas não se atentam a isto: esse evento vai gerar ainda muito reflexão. Vai-se refletir sobre tudo que aconteceu, sobre as soluções que foram dadas, sobre a inovação e a criatividade que as pessoas empregaram para solucionar os problemas.





Por isso, acho importante também destacar o apoio que nós tivemos lá, o apoio que o OLERJ teve por parte do Instituto Meira Mattos. Acho que muita gente nem conhece esse Instituto. Eu queria fazer este agradecimento ao Coronel De Franciscis, que nos acolheu, e agradecer a toda a equipe que lá trabalha, às pessoas que estão, de alguma forma, ligadas a esse trabalho. Nós encontramos um apoio intelectual muito grande, inclusive para a organização do que vai ocorrer na semana que vem — e, neste momento, já introduzo o que eu quero perguntar a V.Exa.

Amanhã nós teremos três painéis: um fala sobre administração e gestão do conhecimento; um segundo fala sobre a integração do esforço na segurança pública; e um terceiro fala sobre as necessidades legislativas.

Este é bem específico naquilo que nós vamos tratar em relação às necessidades legislativas para uma intervenção federal. Eu queria pedir a V.Exa. que desse uma palavra sobre isso para as pessoas, uma palavra motivacional. Esta é a minha solicitação. Peço que se dirija a essas pessoas que amanhã estarão, das 9 horas da manhã até às 3 horas da tarde, debatendo e fazendo este assunto fervilhar. Esta é a minha solicitação.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Obrigado.

Como o tempo é pouco, vou aproveitá-lo para apresentar aos senhores o Coronel De Franciscis e a sua equipe da Escola de Comando e Estado-Maior, os professores doutores. Peço que levantem, por favor. Não vou citá-los nominalmente, para não cometer nenhuma injustiça. Eles estão presentes. Caso haja qualquer dúvida posterior, os senhores poderão conversar com eles.

Muito obrigado por terem levantado!

Eu queria apenas referenciar. Eles são a nossa ligação com o meio acadêmico. Eu pensei exatamente nisto, na questão do viés ideológico, etc., na entrada no meio acadêmico. Nós precisávamos de uma ligação. Busquei socorro na Escola de Comando, que tinha o Observatório Militar da Praia Vermelha e o Instituto Meira Mattos, que gerencia todo esse processo, com os professores doutores. Inclusive, um desses professores esteve recentemente no *Globo News Painei* e fez uma brilhante apresentação — não vou fazer mais propaganda, não!

O General Laelio Soares de Andrade cuida de toda a parte de administração. A equipe dele está presente também. Fez inclusive um projeto do legado — levante-se, por favor, Pacelli —, um programa para implantarmos o acompanhamento do legado, algo que



realmente me impressionou. O General Laelio também está à disposição. Da mesma forma, o General Paulo Roberto, com essa parte de gestão de pessoal.

E temos o Coronel Carlos Eduardo. Quando a pergunta é muito técnica com relação à Secretaria, porque eu estou num nível mais alto, então às vezes não tenho todo o detalhamento — por favor, levante-se, Coronel Carlos Eduardo —, o Coronel Carlos Eduardo também está à disposição para responder a qualquer questionamento.

E o Coronel Cinelli é o responsável pela Comunicação Social do Comando Militar. Quem centraliza tudo isso é a Comunicação Social, com o General Sérgio, que é o meu Chefe de Relações Institucionais do Gabinete da Intervenção Federal e do Comando Militar do Leste.

Eu os apresento somente para que os senhores possam se referenciar. Eu tenho um secreta, que não vou apresentar.

Com relação à intervenção do painel amanhã, eu chamaria a atenção para dois pontos. Quanto às aquisições, isso é normal. Quanto a essa parte legislativa, aquilo que mostrei aqui é apenas uma exemplificação, porque a intervenção começou — e espero que não seja necessário que ocorra novamente, e digo sempre que a intervenção não tem necessidade de continuar após 31 de dezembro — e o que se mostrou para mim foi um problema de gestão: valorização do pessoal, atenção com o pessoal. Existe uma série de processos que nós pretendemos encaminhar, quer seja em nível estadual, quer seja em nível federal. Isso será discutido aqui amanhã.

Qual é o outro assunto? Eu me perdi.

**O SR. SERGIO SENA** - O primeiro painel é sobre gestão do conhecimento.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - A gestão do conhecimento é uma coisa interessante também, porque é um assunto muito complexo, com várias vertentes. E a intervenção começou completamente errada, porque não teve planejamento. O normal é se fazer um planejamento e depois se partir para a execução. O planejamento foi feito a *posteriori*. E, para a nossa surpresa, esse plano de gestão foi muito bem aceito no TCU, porque eu tenho um representante que me assessora, o Dr. Francisco, que também está presente. Eu conto com um membro do TCU, já para me antecipar a futuros questionamentos. Todo esse pessoal participa amanhã desse debate.



Quanto à questão da valorização das pessoas, à questão da meritocracia e dos processos que nós estamos realizando, inclusive em relação à integração das inteligências, eu acho que isso aí vai ser interessante como aprendizado.

Deixei de falar alguma coisa?

**O SR. SERGIO SENA** - Não, é isso. Muito obrigado.

**O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO** - Eu é que agradeço a oportunidade!

**A SRA. APRESENTADORA** - Assim, encerramos a programação de hoje.

Agradecemos a todos a presença e lembramos que, amanhã, o primeiro painel se inicia às 9 horas, no Plenário 8, com o tema *A Gestão na Intervenção Federal*.

Tenham todos uma excelente noite!

Muito obrigada. (*Palmas.*)